

**AUTO DE INFRAÇÃO**

Nome do Proprietário: Bruno Medeiros Sampaio

Nº Processo: 612.440

Endereço: Rua D, qd 000, It 152, Cond Pedra Grande II

Motivo: Por ocupar instalação sem o necessário habite-se ou aceitação da obra

Nº do Auto: 26424

Data da Lavratura: 06/05/2024

Prazo para recurso: 10 dias

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

**AUTO DE EMBARGO**

Nome do Proprietário: Nilson Xavier Ruiz Filho

Nº Processo: 610.384

Endereço: Rua Francisco da Costa, qd 01, It 04, São José do Imbassai

Motivo: Por executar obra sem a devida licença

Nº do Auto: 26421

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

**NOTIFICAÇÃO**

Nome do Proprietário: Maria Celeste Fernandes Valente

Nº Processo: 24426/2023

Endereço: Rua Cananeia, qd 33, It 26, São José do Imbassai

Motivo: Licença de execução do muro de frente

Nº do Auto: 26395

Data da Lavratura: 26/04/2024

Prazo para recurso: 7 dias

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

**AUTO DE INFRAÇÃO**

Nome do Proprietário: José Antônio Gabriel Rechdan Assai

Nº Processo: 20003/2023

Endereço: Rod.Amaral Peixoto, Lt A8, Itapeba

Motivo: Por não cumprir intimação nº 25014

Nº do Auto: 23494

Data da Lavratura: 02/05/2024

Prazo para recurso: 10 dias

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

**AUTO DE INFRAÇÃO**

Nome do Proprietário: Sr Contribuinte

Nº Processo: 3657/2022

Endereço: Rua Cem, qd 129 A, It 7, Jd Balneário Maricá, Araçatiba

Motivo: Não cumprir intimação nº 19184

Nº do Auto: 23949

Data da Lavratura: 29/04/2024

Prazo para recurso: 10 dias

Celso Cabral Nunes

Secretário de Urbanismo

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ****A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ****AVISO DE INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO****PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ESPECIAL PARA CONTRATO PÚBLICO DE SOLUÇÃO INOVADORA Nº 01/2024**

Processo Administrativo: Nº 13863/2023

A Companhia de Desenvolvimento de Maricá S.A- CODEMAR, torna publico para conhecimento dos interessados, a intenção de revogação da licitação divulgada através do Edital do Procedimento Licitatório Especial para Contrato Público de Solução Inovadora nº 01/2024. Em análise, ao contido no processo administrativo, a Diretoria Requisitante valendo-se do Art.62 §3º da Lei 13.303/16, sugeriu a revogação do procedimento, tendo em vista as razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes em que o instrumento convocatório precisará ser reavaliado.

Sendo assim o Diretor Presidente no uso de suas atribuições publica a intenção de revogação do procedimento. Os licitantes interessados

deverão se manifestar no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da publicação.

Maiores informações pelo e-mail [inovacao@codemar-sa.com.br](mailto:inovacao@codemar-sa.com.br) ou pelo link <https://codemar-sa.com.br/licitacao/licitacao-especial-para-contrato-publico-de-solucao-inovadora-no-01-2024/>

Ato de Credenciamento nº 07/2024– CODEMAR

O Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Maricá S.A. – CODEMAR no uso de suas atribuições, conforme Lei Municipal nº 005 de 26 de junho de 2013 e Estatuto.

Credencia a Livia de Almeida Carvalho Torres, para tomador de adiantamento de Suprimento de Fundos da Companhia de Desenvolvimento de Maricá S.A., para que possa regularizar o processo de pedido de suprimento de fundos.

Maricá, 14 de março de 2024.

Hamilton Broglia Feitosa de Lacerda

Diretor Presidente da CODEMAR S.A

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0004388/2024 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.**

AUTORIZO A DESPESA DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no art. 30 II, “f” da Lei Federal nº 13.303/16 e suas alterações, que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DE UM APLICATIVO DE VENDA DE PASSAGENS AÉREAS PARA O AEROPORTO DE MARICÁ, INTEGRADO AO SISTEMA DE CONTAS DA MOEDA SOCIAL DE MARICÁ – MUMBUCA, em favor da empresa PONTES TECNOLOGIA INTERNET E DESENVOLVIMENTO LTDA, CNPJ: 36.457.676/0001-56, no valor de R\$ 749.772,00 (setecentos e quarenta e nove mil, setecentos e setenta e dois reais), com efeitos retroativos a partir de 29/04/2024.

Em 29 de abril de 2024

Hamilton Broglia Feitosa de Lacerda

Diretor-Presidente

**COMISSÃO MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, EXTRA-MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA - CMPA**

Portaria nº 98, de 03 de maio de 2024.

Em atendimento ao Art. 5º, do Decreto Nº1.108, de 14 de junho de 2023, o presidente da Companhia de Desenvolvimento de Maricá S.A. – CODEMAR, no uso de suas atribuições legais e, em atenção ao disposto na Subparte B e E – Sistema de Suporte e Manutenção Aeroportuária, itens 153.15, 153.29, 153.33,153.35,153.103, do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil – RBAC 153 Emenda 07, aeródromos - operação, manutenção e Resposta à emergência – Operador de Aeródromo da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

O operador de aeródromo deve estabelecer requisitos, fontes de dados e recursos a serem utilizados para identificação de perigos referentes à abordagem reativa, preventiva e preditiva, conforme a complexidade de suas operações.

O operador de aeródromo deve designar, por ato próprio, responsável para cada uma das atividades operacionais descritas a seguir:

- (1) gestão do aeródromo;
- (2) gerenciamento da segurança operacional;
- (3) operações aeroportuárias;
- (4) manutenção do aeródromo; e
- (5) resposta à emergência aeroportuária.

Sempre que houver a impossibilidade de cumprimento de qualquer requisito constante neste Regulamento, o operador de aeródromo deve solicitar à ANAC isenção do requisito regulamentar, nos moldes definidos no RBAC 11 - “Procedimentos e normas gerais para a elaboração de regras e emendas aos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil” ou norma que o substitua ou atualize;

O operador de aeródromo pode delegar a terceiros as atividades operacionais dispostas no parágrafo 153.15(a), à exceção das atividades de gestão do aeródromo e gerenciamento de manutenção e segurança operacional.

**RESOLVE:**

Art. 1º Promover a formação da Comissão de Manutenção Preventiva Aeroportuária (CMPA), designando os servidores abaixo para compor a comissão, para auxiliar o operador do aeródromo na busca pela implementação coordenada das medidas de preventivas e mitigadoras, na manutenção efetiva, efetuada em intervalos pré-determinados, de

acordo com critérios definidos previamente. Sendo destinada a reduzir a probabilidade de falhas, ou a degradação do funcionamento de um item, ou de um conjunto de itens aeroportuários, visando atender aos padrões operacionais exigidos pela PETROBRÁS S.A. para todos os aeroportos que integram a categoria de bases operacionais de transporte offshore.

§1º Ficam designados os seguintes servidores para as respectivas funções:

I – Presidente: SAULO BUCKER (Mat. 203) – Superintendente de Manutenção e Infraestrutura Aeroportuária;

II – Vice-presidente: MARCOS AURÉLIO DE AZEREDO COSTA (Mat. 527) – Coordenador de Manutenção Aeroportuária;

III – Grupo Diretivo: LUIZ EDUARDO DA SILVA (Mat. 120) – Superintendente de Áreas Comerciais Aeroportuária; LUIZ FERNANDO NUNES (Mat. 073) – Coordenador de Operações Aeroportuárias; ALICE SANTOS (Mat. 176) – Assistente Administrativo Aeroportuário; RAFAEL ANDRADE BASTOS (Mat. 292) – Assistente Técnico A3; THIAGO GUSMÃO (Mat. 094) – Coordenador Comercial; MARCELO INÁCIO DE SOUZA JUNIOR (Mat. 103) – Coordenador de Administração Operacional; RAPHAEL DE MEIRELES ALMEIDA (Mat. 469) – Superintendente de TI; CRISTINA VALENTIM PINTO (Mat. 182) – Coordenadora de Controle Operacional e KAUÊ DE PAULA CHRISTO (Mat. 588) – Assistente Técnico A3.

Art. 2º São de responsabilidades desta comissão:

- a) Realizar reuniões semanais, com ações preventivas e correções de elementos e equipamentos identificados por esta comissão, necessários de reparos, trocas ou permanência;
- b) Registrar, arquivar nas dependências do aeródromo e manter atualizadas as informações e os documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos exigidos neste Regulamento;
- c) Garantir a prestação dos serviços aeronáuticos e aeroportuários de acordo com a infraestrutura e serviços disponíveis;
- d) Informar à ANAC e a Petrobrás interdição temporária ou desinterdição em seu aeródromo, assim como da execução de obra ou serviço de manutenção na área operacional.
- e) Adotar medidas mitigadoras visando manter a área operacional livre da presença de pessoas, equipamentos e veículos não autorizados ou que constituam perigo às operações aéreas e aeroportuárias;
- f) Manter a pista de pouso e decolagem livre de obstáculos que comprometam a segurança das operações de pouso e decolagem;
- g) Deve manter profissional de sua estrutura organizacional ou terceirizado, devidamente registrado no Sistema CONFEA/CREA, como responsável técnico pelos serviços referentes à área de manutenção aeroportuária e demais atividades de engenharia executadas em seu aeródromo.

§1º As atividades definidas no parágrafo 153.15(a), do RBAC 153, podem ser acumuladas na estrutura organizacional do aeródromo em cargos ou funções, respeitados os requisitos de qualificação, habilitação e treinamento exigidos aos profissionais que os proverem e desde que a acumulação seja permitida para a classe atribuída ao aeródromo, conforme critérios e limites estabelecidos na ANAC.

Art. 3º A Comissão de Manutenção Preventiva Aeroportuária é um órgão técnico-consultivo, subordinado à Diretoria de Operações da CODEMAR, que propõe ações necessárias para buscar a aplicação padronizada de medidas efetivas de manutenção aeroportuária. Este Regulamento estabelece requisitos e parâmetros mínimos de manutenção operacional a serem cumpridos durante as etapas de planejamento, execução, monitoramento e melhoria contínua das operações aeroportuárias, manutenção e resposta à emergência em aeródromos., visando todo serviço de manutenção preventiva, corretiva, extra manutenção e assistência técnica, predial e iluminação dos hangares, pistas, pátios e dos subsistemas de água potável, áreas verde e drenagem, edificações, estação de tratamento de efluentes, hidrossanitários, vias de acesso de serviço, coleta e acondicionamento e tratamento de lixo e sistemas mecânicos do Aeroporto de Maricá.

a. Identificar riscos, vulnerabilidades ou problemas operacionais em todo sítio aeroportuário, tais como:

- 1) Hangar 1, 2 ,3 e 4 e futuros hangares;
- 2) Área de lavagem de aeronaves;
- 3) Pátio de Aeronaves;
- 4) Pista de pouso e decolagem;
- 5) Sinalização Aeroportuária;
- 6) Pavimentação de todo o sítio aeroportuário;

7) Vias de Acesso;  
 8) Climatização do aeroporto;  
 9) Sistema de sonorização;  
 10) Iluminação do sítio aeroportuário  
 11) Balizamento Noturno;  
 12) Terminal de passageiros;  
 13) Estacionamento;  
 14) Cerca Operacional;  
 15) Sistema de Água (caixa d'água e cisternas);  
 16) Geradores;  
 17) Aferição de balanças;  
 18) Portões de acesso;  
 19) Área de Abastecimento (PAA);  
 20) SESCINC  
 21) Manutenção de veículos;  
 22) Equipamentos eletromecânico;  
 23) Limpeza e conservação do sítio aeroportuário;  
 24) Certificação e documentos CBMERJ;  
 25) Capina.

b. Continuidade das operações, disponibilizando, dentro das condições físicas e operacionais exigidas, infraestrutura, equipamentos e instalações contidas na área operacional do aeródromo;  
 c. o cumprimento, no sítio aeroportuário, dos requisitos definidos no Regulamento 153 ANAC e em demais normas vigentes;  
 d. Coordenar pessoal próprio, terceirizado e demais organizações envolvidas na execução das atividades operacionais do aeródromo;  
 e. Prevenir e conter qualquer fato que coloque em risco a segurança das operações na área operacional; as superfícies da zona de proteção do aeródromo, inseridas no sítio aeroportuário, livres de obstáculos, permanentes ou temporários, que constituam perigo às operações aéreas.  
 f. Aprimorar, manter e reparar as Condições operacionais para a infraestrutura disponível, conforme RBAC 153.103  
 g. Atender exigência do RBAC 153.115, referente a Prevenção de incursão em pista.  
 h. Garantir a segurança operacional e o funcionamento das atividades descritas nas seções 153.119 a 153.129 deste Regulamento, disponibilizar pessoa(s) que execute(m) a tarefa de supervisão das atividades desenvolvidas no gerenciamento do pátio de aeronaves;  
 i. Deve definir, quando houver movimento extraordinário, requisitos específicos para processamento de aeronaves maiores que a de referência (aeronave crítica de projeto), de forma a garantir a distância mínima entre qualquer construção adjacente, aeronave em posição de estacionamento e outros objetos.  
 j. Monitorar e corrigir procedimentos inadequados no abastecimento e transferência do combustível da aeronave, conforme RBAC 153.125  
 k. Avaliar, corrigir, e relatar as condições físicas e de funcionamento dos seguintes elementos:  
 1. pavimento;  
 2. sinalização horizontal e vertical;  
 3. Sinalização luminosa;  
 4. sinalização provisória e definitiva;  
 5. faixa de pista de pouso e decolagem e de pista de táxi;  
 6. sistema de isolamento;  
 7. vegetação, sistema de proteção da área operacional;  
 8. veículos e equipamentos;  
 9. edificações e abrigos;  
 10. padrões de movimentação no solo; e auxílios à navegação;  
 11. presença na área de movimento de: contaminantes no pavimento; FOD; obstruções; fauna; e obstáculos;  
 12. ausência de procedimento; credenciamento; sistema de isolamento; e sinalização provisória ou definitiva  
 13. equipamentos, veículos e sinalização viária utilizados na área operacional; e edificações inseridas ou limitrofes à área operacional.  
 l. Cada programa de manutenção elencado no parágrafo 153.201(b) deve conter processos contínuos de: monitoramento; manutenção preventiva; e manutenção corretiva.  
 m. Manter as áreas pavimentadas em condições operacionais visando à adequada operação e à proteção de: aeronaves; veículos; pessoas; e equipamentos aeronáuticos e aeroportuários.  
 n. Atender aos seguintes requisitos quanto às áreas pavimentadas inseridas na área operacional:

a. Estrutura e funcionalidade do pavimento;  
 b. Manter as condições estruturais e funcionais da área operacional conforme aceito pela ANAC.  
 c. Defeitos no pavimento, manter a superfície das áreas pavimentadas livre de defeitos que possam causar FOD, perda do controle direcional das aeronaves; e danos à integridade dos equipamentos aeronáuticos;  
 o. Deve monitorar os defeitos do pavimento por meio de inspeções visuais regulares e desníveis / depressões / deformações;  
 p. Manter a diferença de nível entre áreas pavimentada e não pavimentadas.  
 q. Manter a área pavimentada livre de desníveis, depressões ou deformações que alterem suas declividades transversais e longitudinais originais.  
 r. Manter a pista de pouso e decolagem em condições operacionais visando:  
 (a) à resistência à derrapagem;  
 (b) ao controle direcional das aeronaves; e  
 (c) à integridade dos equipamentos aeronáuticos  
 s. A exigência prevista no parágrafo 153.205(a) deve compreender os seguintes aspectos: estrutura e funcionalidade do pavimento; defeitos no pavimento; desníveis / depressões / deformações; irregularidade longitudinal; atrito; macro textura; e acúmulo de borracha;  
 t. Se a profundidade média de água exceder 3 mm (três milímetros) numa região de 150 m (cento e cinquenta metros) de comprimento por 12 m (doze metros) de largura na porção central em relação ao eixo da pista, deve providenciar ações corretivas na referida região, a fim de garantir que a pista tenha drenagem suficiente para não acumular água acima do valor de 3 mm (três milímetros).  
 u. Avaliar a necessidade de medição do coeficiente de atrito após execução de obra ou serviço de manutenção, levando em consideração a natureza, localização e extensão da intervenção. Quando o valor do coeficiente de atrito for inferior ao nível de manutenção indicado na coluna [6] da Tabela 153.205-3, o operador de aeródromo deve informar à ANAC, juntamente com o envio do relatório de medição de atrito, quais ações foram ou serão adotadas para restabelecer valores iguais ou superiores ao nível de manutenção.  
 v. Solicitar a expedição de NOTAM contendo informação de que a pista de pouso e decolagem contém trecho(s) passível(eis) de estar(em) escorregadio(s) quando molhado(s), com a localização e extensão do(s) trecho(s) da pista que apresenta(m) valor do coeficiente de atrito inferior ao nível mínimo. (10) Em face da frequência anual de pousos, de condições operacionais específicas, do risco à segurança operacional ou da necessidade de garantia da segurança operacional, a ANAC pode requisitar medições adicionais de atrito e estabelecer frequência menor que a definida na Tabela 153.205-4 do RBAC 153;  
 w. Atender as exigências de manutenção aeroportuária do RBAC 153, considerando:  
 1. Área pavimentada - Pista de táxi e pátio de estacionamento de aeronaves;  
 2. Área pavimentada - Vias de circulação de veículos, equipamentos e pessoas  
 3. Área não-pavimentada  
 4. Áreas verdes  
 5. Sistema de Drenagem  
 6. Auxílios visuais para navegação e indicação de áreas de uso restrito Sistema elétrico Proteção da área operacional  
 7. Equipamentos, veículos e sinalização viária da área operacional  
 8. Planejamento e execução de obra e serviço de manutenção  
 9. Procedimentos específicos de segurança operacional para obra ou serviço de  
 10. Manutenção  
 11. Informativo sobre obras e serviços de manutenção - IOS  
 Art. 4º Quando às atas das reuniões da CMPA:  
 a. Serão padronizadas com numeração específica, assinadas pelos presentes, e ficam arquivadas física e eletronicamente, por prazo mínimo de 5 (cinco) anos;  
 b. As atas devem conter, entre outros assuntos, uma síntese das observações, discussão e conclusões por consenso ou votação, além de retornar às anteriores para a apreciação do resultado das medidas propostas.  
 Art. 5º Os servidores designados para integrar a comissão manutenção preventiva, corretiva, extra manutenção aeroportuária - CMPA do

Aeroporto de Maricá – SBMI perceberão valores nos termos descritos na Lei Nº2.747, de 5 de julho de 2017, alterada pela Lei Nº 3.326, de 18 de maio de 2023 e regulamentada pela Decreto Nº1.108, de 14 de junho de 2023.

§1º Fica estabelecido, conforme, previsão do Art. 3º, III e VII, do Decreto Nº1.108, de 14 de junho de 2023, que o número de reuniões mensais e valores a serem pagos deverão seguir os seguintes modelos:

I – Nos meses em que for possível a realização de 4 (quatro) reuniões, o pagamento será fixado de acordo com o inciso III, do Art. 3º do Decreto Nº1.108, de 14 de junho de 2023;

II - Nos meses em que for possível a realização de 5 (cinco) reuniões, o pagamento será fixado de acordo com o inciso VII, do Art. 3º do Decreto Nº1.108, de 14 de junho de 2023;

§2º Em atendimento do Art. 6º, parágrafo único do Decreto Nº1.108, de 14 de junho de 2023, fica vedado as indenizações aos membros da comissão em casos de licença, férias e demais afastamentos.

Art. 6º Esta Portaria terá validade de 01 (um) ano; e, passa a vigorar na data de sua publicação, em substituição a Portaria nº 341, de 09 de outubro de 2023.

Maricá, 03 de maio de 2024.

Hamilton Broglia Feitosa de Lacerda.

Diretor Presidente

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA AEROPORTUÁRIA – CSA

Portaria nº 99, de 03 de maio de 2024.

Em atendimento ao Art. 5º, do Decreto Nº1.108, de 14 de junho de 2023, o Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Maricá S.A. – CODEMAR, no uso de suas atribuições legais e, em atenção ao disposto na Subparte C – Sistema de Coordenação e Comunicação, itens 107.37, 107.39, 107.41 e 107.43, do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil – RBAC 107 Emenda 08, Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita – Operador de Aeródromo da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

RESOLVE:

Art. 1º Promover a formação da Comissão de Segurança Aeroportuária - CSA, designando os servidores abaixo para compor a comissão, para auxiliar o operador do aeródromo na busca pela implementação coordenada das medidas de segurança para proteção da aviação civil contra atos de interferência ilícita visando atender aos padrões operacionais exigidos pela PETROBRÁS S.A. para todos os aeroportos que integram a categoria de bases operacionais de transporte offshore.

§1º Ficam designados os seguintes servidores para as respectivas funções:

I – Presidente: BRUNO MARINHO DE OLIVEIRA LOPES (Mat. 050) – Superintendente de Segurança Aeroportuária;

II – Vice-presidente: MARLLON DOS SANTOS VIANA (Mat. 055) – Coordenador de Resposta à Emergência;

III – Grupo Diretivo: ISAAC PEREIRA DA SILVA DO NASCIMENTO (Mat. 066) – Superintendente de Operações Aeroportuárias; MONNA NUNES

SANTOS (Mat. 061) – Coordenadora AVSEC; FREDERICO MATTOS FERREIRA AZEREDO (Mat. 082) – Coordenador SGSO; YSAMARA GONÇALVES PEREIRA DA SILVA (Mat. 105) – Assistente Técnico A3; RAFAELE DA SILVA BANDEIRA (Mat. 353) – Assistente Técnico A2; ERMAO ALVES DE AZEVEDO (Mat. 486) – Assistente Técnico A3; RICARDO PASSOS GOMES (Mat. 168) – Coordenador de TPS e JÚLIO CESAR COSTA RANGEL (Mat. 83) – Fiscal de Pátio.

Art. 2º A Comissão de Segurança Aeroportuária é um órgão técnico-consultivo, subordinado à Diretoria de Operações da CODEMAR, que propõe ações necessárias para buscar a aplicação padronizada de medidas afetivas de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, visando:

I. Identificar ameaças, vulnerabilidades ou problemas operacionais;

II. Avaliar e aprovar os limites e as barreiras de segurança da Área Restrita de Segurança - ARS;

III. Avaliar os projetos de reforma e/ou de ampliação aeroportuária, de forma a garantir que os aspectos da AVSEC estejam contemplados na concepção e execução dos projetos;

IV. Fomentar a cultura de segurança no âmbito da comunidade aeroportuária, através de comunicações ou apresentações de conscientização de temas AVSEC.

Art. 3º As reuniões da CSA serão realizadas:

I. Com os membros internos, semanalmente em dia e hora e serem



definidos;

II. Ordinariamente, a cada 3 (três) meses, de acordo com programação elaborada e comunicada à ANAC com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

III. Extraordinariamente, por iniciativa justificada de um de seus membros, a ser realizada no prazo mínimo de 15 (quinze) dias a partir do ato de convocação;

Art. 4º Quanto às atas das reuniões da CSA:

I. Serão padronizadas com numeração específica, assinadas pelos presentes, e ficam arquivadas física e eletronicamente, por prazo mínimo de 5 (cinco) anos;

II. As atas devem conter, entre outros assuntos, uma síntese das observações, discussão e conclusões por consenso ou votação, além de retornar às anteriores para a apreciação do resultado das medidas propostas.

Art. 5º Os servidores designados para integrar a Comissão de Segurança Aeroportuária - CSA do Aeroporto de Maricá – SBMI perceberão valores nos termos descritos na Lei Nº2.747, de 5 de julho de 2017, alterada pela Lei Nº 3.326, de 18 de maio de 2023 e regulamentada pela Decreto Nº1.108, de 14 de junho de 2023. §1º Fica estabelecido, conforme, previsão do Art. 3º, III e VII, do Decreto Nº1.108, de 14 de junho de 2023, que o número de reuniões mensais e valores a serem pagos deverão seguir os seguintes modelos:

I – Nos meses em que for possível a realização de 4 (quatro) reuniões, o pagamento será fixado de acordo com o inciso III, do Art. 3º do Decreto Nº1.108, de 14 de junho de 2023;

II - Nos meses em que for possível a realização de 5 (cinco) reuniões, o pagamento será fixado de acordo com o inciso VII, do Art. 3º do Decreto Nº1.108, de 14 de junho de 2023;

§2º Em atendimento do Art. 6º, parágrafo único do Decreto Nº1.108, de 14 de junho de 2023, fica vedado as indenizações aos membros da comissão em casos de licença, férias e demais afastamentos.

Art. 6º A Comissão de Segurança Aeroportuária teve seu regimento interno publicado no JOM nº 1242, de 24 de novembro de 2021, e passará a ser efetivamente implantada a partir da data de publicação desta portaria.

Art. 7º Esta Portaria terá validade de 01 (um) ano; e, passa a vigorar na data de sua publicação, em substituição a Portaria nº 342, de 09 de outubro de 2023.

Maricá, 03 de maio de 2024.

Hamilton Broglia Feitosa de Lacerda.

Diretor Presidente

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8788/2024 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CODEMAR AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Em conformidade com a análise da Diretoria de Controle Interno da CODEMAR, AUTORIZO a despesa e RATIFICO a dispensa de licitação com fulcro no Artigo 30, II, “f” da Lei Federal nº. 13.303/16 em sua atual redação que tem por objeto: CURSO DE FORMAÇÃO BASICO AVSEC PARA OS COLABORADORES BRUNO MARINHO DE OLIVEIRA LOPES MATR. 050 E SAULO DA COSTA GUERRA MATR. 630, pela empresa MASTER SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA, entre os dias 09/05/2024 e 24/05/2024. Adjudicando o objeto em favor da MASTER SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA, CNPJ: 13.366.040/0001-01, NO VALOR DE R\$ 1.298,00 (um mil e duzentos e noventa e oito reais).

Em 08 de maio de 2024

Hamilton Broglia Feitosa de Lacerda

Diretor-Presidente

EXTRATO DO CONTRATO N.º 21/2024, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 11918/2023. PARTES: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ S.A. - SCP MASCARENHAS SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA - CNPJ: 17.748.508/0001-75

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA AEROPORTUÁRIA NA CATEGORIA DE PROTEÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL, PARA OPERAÇÃO DOS MÓDULOS DE INSPEÇÃO DE SEGURANÇA DO AEROPORTO MUNICIPAL DE MARICÁ – SBMI.

VALOR: R\$ 42.999.975,36 (QUARENTA E DOIS MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS)

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 13.303/2016, REGULAMENTO INTERNO DA CODEMAR, BEM COMO, TODAS AS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS AO TEMA;

PRAZO: 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CONTADOS DA PUBLICAÇÃO DA ORDEM DE INÍCIO NO JOM – JORNAL OFICIAL MUNICIPAL.

PROGRAMA DE TRABALHO: 38.01.26.781.0068.1055;

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00;

ORIGEM DE RECURSO: 1704 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTE A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS;

EMPENHO N.º: 386/2024.

DATA DE ASSINATURA: 30/04/2024.

MARICÁ, 08 DE MAIO DE 2024

Hamilton Broglia Feitosa de Lacerda

Diretor Presidente

PORTARIA N.º 101 DE 08 DE ABRIL DE 2024.

DESIGNA A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 21/2024 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 11918/2023.

O PRESIDENTE DA CODEMAR, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Superintendência de Contratos e Convênios, em observância ao art. 22 § 4º do Decreto Municipal Nº. 158/2018 e considerando a necessidade de fiscalizar o cumprimento do contrato nº 21/2024, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de segurança aeroportuária na categoria de proteção da aviação civil, para operação dos módulos de inspeção de segurança do aeroporto municipal de maricá - SBMI.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Comissão de fiscalização do presente contrato composta pelos servidores abaixo mencionados:

COMISSÃO	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DO CONTRATO	BRUNO MARINHO DE OLIVEIRA LOPES	50
FISCAL TÉCNICO	MARLLON DOS SANTOS VIANA	55
FISCAL ADMINISTRATIVO	SAULO DA COSTA GUERRA	630
SUPLENTE	STELLA MÁRCIA ROCHA DE FARIAS	93

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 30 de abril de 2024.

Publique-se!

Companhia de Desenvolvimento de Maricá, de 08 de maio de 2024.

Hamilton Broglia Feitosa de Lacerda

Diretor Presidente

ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

Processo Administrativo n.º 11918/2023

Termo de Contrato n.º 21/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA AEROPORTUÁRIA NA CATEGORIA DE PROTEÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL, PARA OPERAÇÃO DOS MÓDULOS DE INSPEÇÃO DE SEGURANÇA DO AEROPORTO MUNICIPAL DE MARICÁ - SBMI.

PARTES: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICA S.A. – SCP MASCARENHAS SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA.

DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS: COM EFEITOS A PARTIR DO DIA 01/05/2024.

Maricá, 08 de maio de 2024.

Hamilton Broglia Feitosa de Lacerda

Diretor Presidente

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MARICÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2024

REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1029/2024

OBJETO: CONTRATO DE LOCAÇÃO DE ESTANDE PARA O 52º CONGRESSO NACIONAL DE SANEAMENTO DA ASSEMAE 2024 – RIBEIRÃO PRETO/SP

PARTES: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MARICÁ – SANEMAR E ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO - ASSEMAE

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 30, I DA LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016 E ART. 48, I DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – RILC DA SANEMAR.

VALOR: DÁ-SE A ESSE CONTRATO O VALOR DE R\$ 48.900,00 (QUARENTA E OITO MIL E NOVECENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: DA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO ATÉ 31/06/2024.

NATUREZA DAS DESPESAS: 3.3.3.9.0.39.00.00.00

PROGRAMA DE TRABALHO: 60.01.04.122.0099.2544

FONTE: 1704

NOTA DE EMPENHO: 295/2024

ASSINATURA: 02/05/2024.

ROBERTA CARDOSO

Diretora Presidente SANEMAR

Mat.: 800.109

PORTARIA Nº 037/2024 – DP, DE 30 DE ABRIL DE 2024.

A PRESIDENTE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MARICÁ– SANEMAR, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 13.303/2016;

Considerando os preceitos do Art. 189 § 1º e § 2º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Sanemar – RILC; e

Considerando o impositivo do Decreto Municipal nº 936/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão de Fiscalização de cumprimento do Contrato nº 19/2024, referente ao Processo Administrativo nº 1029/2024, cujo objeto é CONTRATO DE LOCAÇÃO ESTANDE -PARA O 52º CONGRESSO NACIONAL DE SANEAMENTO ASSEMAE 2024 – RIBEIRÃO PRETO/SP, a ser composta pelos seguintes membros:

I- Gestora: PRISCILA DA SILVA COSTA, matrícula nº 800.353;

II- Fiscal: ANA PAULA LOPES DE OLIVEIRA, matrícula nº 800.035;

III- Fiscal: VIVIANE SANTANNA DAMASIO, matrícula nº 800.242;

IV – Fiscal: CLAUDIO MOREIRA ANDRÉ FILHO, matrícula nº 800.321;

V- Gestora Suplente: ISADORA LIMA DE SOUSA, matrícula nº 800.286; e

VI- Fiscal Suplente: GABRIEL PERES DO NASCIMENTO, matrícula nº 800.149

Parágrafo Único - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Publique-se!

GABINETE DA DIRETORA PRESIDENTE DA SANEMAR.

Maricá – RJ, 30 de abril de 2024.

Roberta da Silveira Cardoso

Diretora Presidente SANEMAR